

a folha

Boletim da língua portuguesa nas instituições europeias

https://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/pt_magazine_pt.htm

N.º 72 — verão de 2023

DE SANTIDADES A EQUÍVOCOS QUE FAZEM EVOLUIR — <i>Jorge Madeira Mendes</i>	1
NO INÍCIO ERA O VOO DOS ZÂNGÃOS — <i>Paulo Correia</i>	2
AS INSTITUIÇÕES DA UE E O PORTUGUÊS — <i>Victor Macedo</i>	6
UM APARTE À PARTE (XIII) — <i>Jorge Madeira Mendes</i>	9
NÓS AQUI NO ESTÚDIO E VOCÊ AÍ EM CASA — <i>Philippe Magnan Gariso</i>	10
BINORMATIVISMO ORTOGRÁFICO — OS «ETNÓNIMOS BRASÍLICOS» — <i>Paulo Correia</i>	12

De santidades a equívocos que fazem evoluir

Jorge Madeira Mendes

Antigo funcionário da Direção-Geral da Tradução — Comissão Europeia

Porque será que não existem «São Onofre» ou «Santo Timóteo», mas sim «**Santo** Onofre» e «**São** Timóteo»?

Em português, possivelmente por simples eufonia, faz-se anteceder do qualificativo «Santo» o nome de um bem-aventurado do sexo masculino que se inicie por vogal (ou por «h», que na nossa língua é sempre mudo) — de onde «Santo André», «Santo Eugénio», Santo Isidro», «Santo Ovídio», «Santo Ubaldo», «Santo Heliodoro», «Santo Hilário»...

E faz-se anteceder da forma sincopada «São» o nome de outro bem-aventurado do sexo masculino que se inicie por consoante — de onde «São Brás», «São Cucufate», «São Damião», «São Frutuoso», «São Guálter», «São Januário», «São Leão», «São Manços», «São Morte», «São Nunca», «São Pio», «São Quirino», «São Roque», «São Sabas», «São Telmo», «São Vendelino», «São Xisto», «São Zenão»...

Note-se que, no caso das bem-aventuradas, se utiliza apenas «Santa», sem formas sincopadas. Pode, porém, ocorrer que a palavra antecedente «Santa» se aglutine ao nome próprio, sobretudo se este se iniciar por «a»: é o caso de «Santa Ana», que deu «Sant'Ana» e «Santana», mais tarde patronímico.

E também o «São» pode aglutinar-se ao nome do bem-aventurado, formando uma só palavra: assim surgiu «Santelmo».

Caso curioso é o de «São Tiago». O nome próprio era «Iago», derivado do hebraico Ya'qob ou Ya'akov, que passou para latim como Iacobus e, por fim, deu as variantes «Iago», «Jacob» e «Jacó». Devido à lógica eufónica acima referida, os santos de nome «Iago» (dos quais o mais célebre, segundo a mitologia cristã, foi um dos doze apóstolos de Cristo, cognominado «Filho do Trovão», «filho de Zebedeu», «Boanerge» ou mesmo «Maior», para se distinguir do Iago Menor, igualmente dos doze) eram designados como «Santo Iago». A aglutinação resultou em «Sant'Iago». Por equívoco, pensou-se que

se tratava de «São Tiago», deste modo nascendo um bem-aventurado com o nome próprio «Tiago». Como se, ao ouvirmos «Santo António», pensássemos que se trataria de um hipotético «São Tantónio», com o que hoje poderia haver muito menino batizado como «Tantónio».

E por aqui se conclui que equívocos e mal-entendidos não são dos fatores mais despiciendo na evolução de uma língua.

jorge.mendes909@gmail.com



No início era o voo dos zângãos

Paulo Correia

Antigo funcionário da Direção-Geral da Tradução — Comissão Europeia

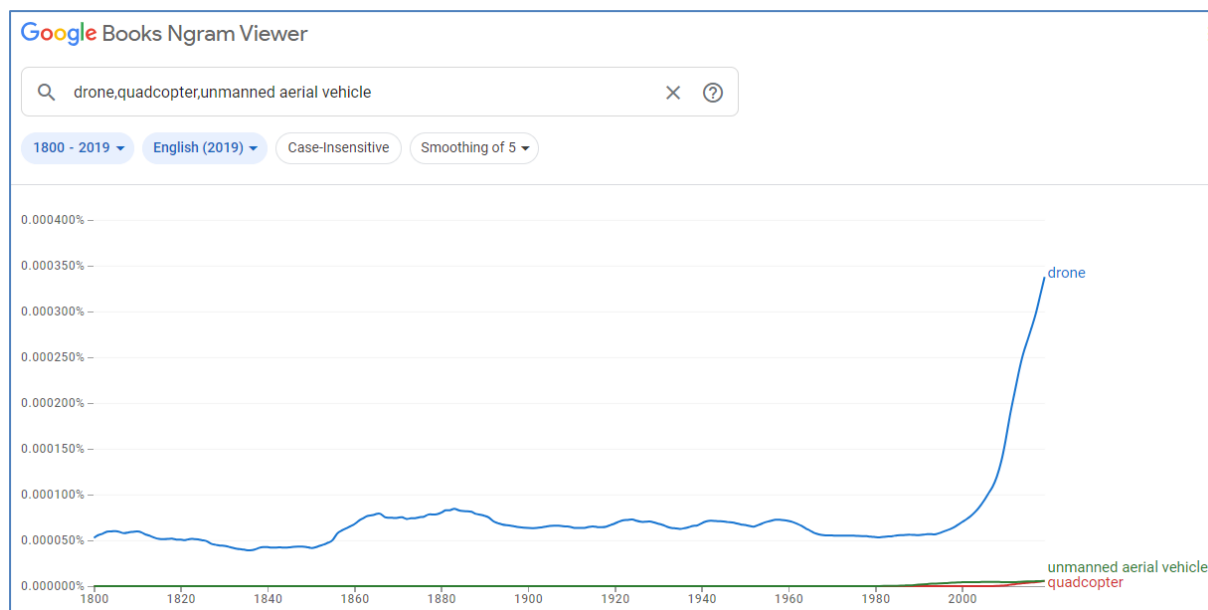
Zângão, s. Tal como o cast. *zángano*, deve ter origem onomatopaica, com base no zumbido do animal.⁽¹⁾

Quando a abelha-mestra envelhece, a sobrevivência da colmeia fica ameaçada. É a altura de uma nova mestra tomar o seu lugar. A partir do nono dia de vida, a nova abelha-mestra está pronta para o seu único voo nupcial, que se realiza em dias quentes e soalheiros, sem vento forte. Detetada a feromona libertada pela mestra virgem, esta é seguida ruidosamente por **zângãos** das colmeias das redondezas. Só os zângãos mais fortes e rápidos conseguem alcançar e fecundar a mestra durante o voo. O sémen de vários zângãos assim coletado durante o voo nupcial na espermateca será o utilizado durante toda a vida da abelha-mestra para assegurar a sobrevivência da colmeia. Todos os zângãos que conseguirem copular com a mestra terão morte certa e rápida, pois perdem os seus órgãos genitais, que ficam presos no corpo da mestra.

Terá sido o ruidoso voo⁽²⁾ do macho da abelha que lhe valeu em português, por onomatopeia, o nome **zângão** (zângãos no plural; cf. *zánganos* em espanhol). De zângão terão derivado, posteriormente, o verbo **zangar-se**, o substantivo **zanga** ou o adjetivo **zangado**.

pt	es	fr	en	de	IATE
abelha-mestra	abeja reina	reine	queen bee	Königin	3550296
zângão	zángano	faux bourdon	drone	Drohne	1258012
obreira	abeja obrera	abeille ouvrière	worker bee	Arbeitsbiene	—

Já em inglês, historicamente, o zângão, ou **drone**, e o zumbido do seu voo deu nome a um verbo, a um som e a um tubo das gaitas de foles, que emite nota prolongada e invariável de acompanhamento. Mais recentemente, a semelhança dos zumbidos emitidos deu também o nome informal a diferentes tipos de aeronaves não tripuladas (*unmanned aerial vehicles*), nomeadamente pequenos quadricópteros⁽³⁾ (*quadcopters*), geralmente de quatro hélices.



Fonte: Google, *Google Books Ngram Viewer*⁽⁴⁾

Tal como é visível na figura acima, retirada do *Ngram Viewer* do Google Livros para o período 1800-2019, o uso do termo **drone** em inglês disparou a partir do início do século XXI, provavelmente devido ao surgimento e popularização, por essa altura, dos polivalentes quadricópteros telecomandados de registo e transmissão de imagens. As primeiras ocorrências de *quadcopter* datarão de 2001, remontando a 1935 as primeiras ocorrências de *unmanned aerial vehicle*.

A dronificação da guerra

O grande desenvolvimento de diferentes sistemas militares não tripulados usados em missões de reconhecimento, em missões suicidas ou outras levou a que o termo *drone*, mais compacto, começasse a ser utilizado também em substituição de *unmanned vehicle*.

O léxico oficial do exército norte-americano define o **drone** como um veículo terrestre, naval ou aeronáutico, controlado à distância ou de modo automático. A população de drones não se compõe apenas de objetos voadores. Pode haver tantos tipos de drone quanto famílias de armas: **drones terrestres**, **drones marítimos**, **drones submarinos** e até **drones subterrâneos**, imaginados sob a forma de grandes toupeiras mecânicas. Qualquer veículo, qualquer máquina pilotada pode ser **dronizada** a partir do momento em que não há mais tripulação humana a bordo.⁽⁵⁾

Ou seja, *drone* deixa de estar associado ao ruído para estar associado a **veículo não tripulado**, concorrendo com a antiga terminologia. E deixa de estar associado ao meio aéreo, para se alargar também a **diferentes meios**, como o aquático ou o terrestre. Esta prática terminológica ter-se-á acentuado ainda mais com a **guerra na Ucrânia**, passando *drone* a ser aplicado definitivamente a diferentes sistemas militares não tripulados.

A palavra **drone** surgiu em português, por empréstimo, para designar as pequenas aeronaves não tripuladas do tipo quadricóptero. Acompanhando os novos usos de *drone* em inglês, alargou-se também a veículos não tripulados movimentando-se sobre ou sob a superfície da água ou ainda em terra.

en		pt		IATE
UV	unmanned vehicle	VNT	veículo não tripulado	—
US	unmanned system	SNT	sistema não tripulado	—
UAV	unmanned aerial vehicle	VANT	veículo aéreo não tripulado	916527
UA	unmanned aircraft aerial drone	ANT	aeronave não tripulada drone aéreo	
USV	unmanned surface vehicle surface drone	VSNT	veículo de superfície não tripulado drone de superfície	3576174
UUV	unmanned underwater vehicle unmanned undersea vehicle underwater drone undersea drone	VSNT	submarino não tripulado veículo submarino não tripulado drone subaquático drone submarino	2112043
USSV	unmanned semi-submersible vehicle semi-submersible drone		veículo semissubmersível não tripulado drone semissubmersível	—
UGV	unmanned ground vehicle ground drone	VTNT	veículo terrestre não tripulado drone terrestre	—
UUV	unmanned underground vehicle underground drone		veículo subterrâneo não tripulado drone subterrâneo	—

Exemplo:

Conta com o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para um navio multipropósito, um porta-aviões de drones?

O navio foi proposto por nós, é um navio multipropósito é multidimensional, no sentido em que vai operar **drones subaquáticos, drones de superfície e drones aéreos**. É um navio que representa um salto tecnológico muito elevado, em que estamos a tentar atrair a indústria portuguesa e a academia portuguesa, o conhecimento português, para desenvolver, para que no futuro esses navios possam ser mais complexos, que venham a substituir as futuras fragatas e sejam, simultaneamente, uma oportunidade de negócio para a indústria nacional e para o nosso conhecimento tecnológico.⁽⁶⁾

Fica a questão de saber se o termo *drone*, que parece já estar a chegar ao espaço, aos *unmanned spacecrafts*, também chegará ao fundo dos oceanos, alargando-se aos ROV (*remotely operated underwater vehicle*).

Drones em Portugal

Em Portugal, a maioria das pessoas usa o termo como palavra portuguesa (drone), mas alguns usam-no como palavra inglesa (*drone*), pronunciando-a numa das variantes nacionais:

- português: **drone** — ['drɔn(ə)];
- inglês de Portugal: **drone** — ['drown(ə)]⁽⁷⁾;
- inglês americano: **drone** — [droʊn]⁽⁸⁾;
- inglês britânico: **drone** — [drəʊn]⁽⁹⁾.

Os dicionários gratuitos em linha do português europeu recolhem já os vários sentidos do termo. Uns consideram-no já palavra portuguesa (Priberam, Estraviz), outros consideram-no ainda inglês (Academia das Ciências, Porto Editora). Exemplos:

drone (dro·ne)

nome masculino

1. [Militar] Pequeno avião não tripulado, telecomandado ou programado, geralmente usado em missões de reconhecimento.

2. [Por extensão] Veículo ou dispositivo que se movimenta em determinado meio, geralmente no ar, através de controlo remoto e frequentemente dotado de aparelho para registo ou transmissão de imagens (ex.: *a equipa desenvolveu um drone aquático*).

Origem etimológica: inglês *drone*, zângão.⁽¹⁰⁾

drone

Entrada nova

nome masculino

1. aeronave não tripulada, com controlo remoto, usada em missões e operações militares

2. qualquer veículo não tripulado e controlado remotamente, geralmente provido de aparelho para registo e/ou transmissão de imagens

ETIMOLOGIA Do inglês *drone*Plural: *drones*⁽¹⁾

Do substantivo **drone** pôde ainda formar-se, por sufixação⁽¹²⁾, o verbo **dronificar**, o adjetivo **dronificado** ou o substantivo **dronificação**. Contrariamente a *drone*, nenhuma destas palavras está ainda recolhida nos dicionários.

“O poder contemporâneo é um poder dronificado. O drone é uma forma de poder bélico que elimina o heroísmo da guerra, que elimina a possibilidade da derrota, porque quem está a matar no Afeganistão está atrás de um computador no Nebraska, nunca pode ser morto, ferido ou derrotado. Mas também não pode ser herói. Muito do poder hoje quer se afirmar como invencível. O que são os mercados financeiros se não uma forma de poder dronificado? O que são as formas de segurança de nossos dados de vigilância global, se não uma forma de poder dronificado? Mas este poder é frágil. Parece muito forte, mas é frágil. O problema é que a força está em nós. Somos nós que lhe damos essa força toda, porque não resistimos, porque não sabemos resistir.”⁽¹³⁾

Como conclusão, um voo nupcial particularmente barulhento ofereceu ao português toda uma família de palavras (zângão, zangar, zangado, zanga, etc.) e, via inglês, outra família de palavras associada a veículos não tripulados de uso civil e militar.

correiapms@gmail.com

(1) Machado, J. P., *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, Livros Horizonte, 1977.

(2) YouTube, *Voo Nupcial*, melipoapis ouro liquido, <https://www.youtube.com/watch?v=bnwrjuDsHF4>.

(3) Por decalque do inglês *quadcopter*. Quadricóptero é um termo de formação irregular (amalgama) a partir do elemento de composição quadr(i)- e da truncatura de helicóptero. A criação da forma reduzida héli para helicóptero criou a ideia de que os elementos seriam heli- + -cóptero e não hélic(o)- + -ptero — helico-, hélice, espiral; ptero-, asa, pena. Cf. também helitransportado, heliporto, etc.

(4) Google, *Google Books Ngram Viewer: drone,quadcopter,unmanned aerial vehicle*,

https://books.google.com/ngrams/graph?content=drone,quadcopter,Cunmanned+aerial+vehicle&year_start=1800&year_end=2019&corpus=en-2019&smoothing=3.

(5) Freitas, T. H. P. de, «Desdobramentos jurídicos da regulação de drones no Brasil, os perigos do seu uso pelo estado e a necessidade de equacionamento de direitos com base na análise de 3 casos concretos dos Estados Unidos», *Jus.com.br*, 15.10.2022,

<https://jus.com.br/artigos/100681/desdobramentos-juridicos-da-regulacao-de-drones-no-brasil-os-perigos-do-seu-uso-pelo-estado-e-a-necessidade-de-equacionamento-de-direitos-com-base-na-analise-de-3-casos-concretos-dos-estados-unidos>.

(6) Ribeiro, N., «Entrevista Gouveia e Melo: Marinha vai ter navio para operar drones aéreos, subaquáticos e de superfície», *Público*, 20.5.2022,

<https://www.publico.pt/2022/05/20/politica/entrevista/marinha-vai-navio-operar-drones-aereos-subaquaticos-superficie-2006802>.

(7) Porto Editora, *Infopédia — Dicionário da Língua Portuguesa: drone*,

<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/drone>.

(8) Cambridge University Press & Assessment, *Cambridge Dictionary: drone*,

<https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/drone>.

(9) Oxford Learner's Dictionaries, *Oxford Advanced Learner's Dictionary: drone*,

https://www.oxfordlearnersdictionaries.com/definition/english/drone_1?q=drone.

(10) Priberam, *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa: drone*, <https://dicionario.priberam.org/drone>.

(11) Academia das Ciências de Lisboa, *Dicionário da Língua Portuguesa: drone*,

<https://dicionario.acad-ciencias.pt/pesquisa/?word=drone>.

(12) **-ficar**

elemento de formação pospositivo, de origem verbal e carácter verbal, que exprime a ideia de *fazer, tornar, transformar em* (*bestificar; burrificar; plastificar*)

-izar

elemento de formação pospositivo, de origem latina, que ocorre sobretudo em verbos derivados de adjetivos, com o sentido de *tornar, fazer, transformar* (*suavizar, fertilizar, vulgarizar*)

Porto Editora, *Infopédia — Dicionário da Língua Portuguesa*,

<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/>.

⁽¹³⁾ Platonow, V., «Sociedade deve ir para a rua, diz sociólogo português Boaventura de Souza Santos», *Agência Brasil*, 2.11.2015, <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2015-11/sociedade-deve-ir-para-rua-diz-sociologo-portugues-boaventura-de-souza>.



As instituições da UE e o português

Victor Macedo

Comité Económico e Social Europeu — Comité das Regiões

O Instituto Camões coorganizou há cerca de um ano, com o Instituto Francês de Portugal, a Embaixada de França em Portugal e o Ministério da Cultura de França, o seminário «Português e francês: duas línguas internacionais. Contributos para as políticas públicas de língua». O seminário decorreu na Fundação Árpád Szenes-Vieira da Silva, em Lisboa, em 12 e 13 de dezembro de 2022. A intenção era promover o debate, a partilha de conhecimentos e os intercâmbios entre representantes de alguns dos principais setores abrangidos por esta temática, como sejam educadores, investigadores, responsáveis políticos ou administrativos, linguistas e criadores de conteúdos nestas duas línguas.

Entre outras personalidades, o evento contou com a participação da embaixadora da República Francesa em Portugal, Hélène Farnaud-Defromont, do secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, Paulo Cafôfo, dos diretores do Instituto Camões e do Instituto Francês de Portugal, de representantes de organizações internacionais, como a OMC, o Instituto Internacional da Língua Portuguesa ou a Organisation Internationale de la Francophonie, bem como de vários altos funcionários de ministérios portugueses e franceses e de figuras do meio académico dos dois países.

Tive a honra de ser convidado a participar numa das mesas-redondas do seminário (a colega Anabela Frade, da Direção-Geral da Interpretação, foi a outra representante dos serviços de tradução e interpretação da União Europeia), convite que pode inicialmente surpreender: em parte, como é óbvio, porque as políticas de promoção e difusão do português são fundamentalmente uma competência nacional, mas sobretudo porque é muito frequente esquecermos ou subestimarmos o importante papel desempenhado pelos serviços de tradução para português das instituições, dos órgãos e das agências da União Europeia no enriquecimento, na estabilização e na projeção do português.

Como pude efetivamente constatar, são raras as pessoas, fora das instituições, que sabem que uma parte considerável da nova terminologia em português é cunhada, ironicamente, em Bruxelas ou no Luxemburgo, mais do que em São Paulo ou em Coimbra: a adesão de Portugal à União Europeia (ou, melhor dizendo, ao que em 1986 eram ainda «as Comunidades Europeias») implica a tradução para português⁽¹⁾, todos os anos, de dezenas de milhares de páginas sobre temáticas que raramente ou nunca eram tratadas no nosso país, justamente porque expôs o universo da lusofonia ao contacto com culturas, práticas, teorias, descobertas e realidades inéditas, exigindo a criação de milhares de termos em domínios tão diversos como a pesca, a química, a toponímia ou o desenvolvimento sustentável.

A Europa alargou consideravelmente os horizontes de Portugal, mas impôs, por isso mesmo, a tarefa titânica de incorporar novos conceitos e de encontrar os nomes que permitem comunicá-los na língua portuguesa. O exemplo concreto que apresentei no seminário, por o considerar particularmente emblemático e elucidativo, foi a da criação, pelos nossos colegas da Comissão Europeia, dos termos em

português para quatro novos elementos da tabela periódica, posteriormente adotados pela Academia das Ciências de Lisboa⁽²⁾. Mas seria fácil aduzir centenas de outros exemplos.

Não é de surpreender que as instituições da União Europeia disponham, em conjunto, do maior serviço de tradução do mundo, capaz de assegurar, em princípio, 552 combinações linguísticas. Esta extraordinária concentração de recursos linguísticos especializados é o seu principal contributo para a preservação da «riqueza da [...] diversidade cultural e linguística» que a União consagrou entre os seus objetivos no artigo 3.º do TUE⁽³⁾. Nesta continuidade, o segundo aspeto que referi no seminário foi que o principal risco para o multilinguismo na Europa não é nem nunca foi o domínio do inglês, ou de qualquer outra língua: não só seria vão procurar sustar ou combater a onnipresença do inglês como não faria sentido pretender que é possível viver sem uma língua dominante — a própria ideia de interculturalismo pressupõe a existência de «línguas francas» que permitam o contacto entre pessoas de línguas maternas diferentes.

O verdadeiro risco para as línguas menos faladas do que o inglês advém, isso sim, da incapacidade de muitas culturas ou instituições de converterem em conteúdos e termos seus os que lhes chegam de outras línguas graças ao mecanismo da tradução. É a capacidade de *absorver* conceitos novos, de os *expressar* através de neologismos devidamente construídos e de *viabilizar* esses neologismos graças a políticas de promoção e sensibilização para conteúdos novos que determina a vitalidade de uma língua; nunca a sua resistência ao que de novo lhe vem de fora e ao que de novo se cria no seu próprio interior. Alegar, como o fazem algumas vozes, que proteger uma língua implica encerrá-la numa redoma e fossilizá-la em determinada fase da sua diacronia, conservando a sua pretensa pureza e vernaculidade, equivale a descartar tudo o que sabemos sobre a evolução das línguas e as influências alheias a que sempre estiveram abertas e impermeabilizá-las à circulação de ideias inovadoras.

O valor acrescentado dos serviços de tradução das instituições europeias consiste justamente na sua extraordinária capacidade de introduzir novos termos e estabilizar o seu uso. A base IATE⁽⁴⁾ — acrónimo formado a partir da sua designação em inglês «Interactive Terminology for Europe» — é a maior base de dados terminológica multilingue do mundo, com quase um milhão de termos, e pode ser livremente consultada pelo público em geral. Mas o papel normalizador e estabilizador dos nossos serviços vai muito além da criação de terminologia. Vários outros mecanismos e iniciativas lançados ao longo dos anos procuraram expressamente assegurar uma maior convergência no uso da língua portuguesa nos nossos textos e combater as tendências centrífugas que são perfeitamente naturais na linguagem corrente, mas podem revelar-se contraproducentes em documentos de determinados níveis de especialização.

A aposta em obras como o *Código de Redação Interinstitucional*⁽⁵⁾, o *Manual Comum de Apresentação e Redação dos Atos que são Objeto do Processo Legislativo Ordinário*⁽⁶⁾ ou o *Guia do Tradutor*⁽⁷⁾, além de centenas de modelos e outros textos de referência, foi uma das formas de promover convenções normalizadoras, que prescrevem determinadas soluções lexicais, sintáticas ou terminológicas; os trabalhos do Grupo Interinstitucional de Terminologia Portuguesa, que assegura o contacto entre todos os serviços terminológicos e de tradução das várias instituições, tem contribuído igualmente para uma maior aproximação das práticas de todos os terminólogos e tradutores; os artigos publicados no boletim periódico «a folha», posto que desprovidos de carácter vinculativo, também ajudam a disseminar os resultados do trabalho terminológico e a comunicar as decisões adotadas.

Valeu a pena insistir nestes mecanismos instaurados à escala das instituições europeias, não por imodéstia, antes à laia de introdução do último aspeto que quis frisar na minha intervenção neste seminário: como assegurar a articulação entre os esforços envidados em Bruxelas e no Luxemburgo e o que se faz em Portugal. Com efeito, se é inquestionável que os serviços de tradução da UE efetuam um trabalho fundamental, cumpre ainda assegurar que toda a nova terminologia por eles criada beneficie de uma maior divulgação em Portugal e, inversamente, que os conteúdos gerados em Portugal sejam mais facilmente acessíveis a quem os procure no seu trabalho de pesquisa terminológica. Importa evitar, antes de mais, que surja uma divergência entre a(s) prática(s) seguida(s) em Portugal e a(s) da União Europeia.

Para tal, é óbvio que importa continuar a investir na tradução, na terminologia e na criação de bases de dados acessíveis a todos, assim como na sensibilização para a importância de aproveitar os recursos já existentes. Mas porventura o papel mais importante cabe às instituições que têm o poder de encorajar a utilização efetiva da nova terminologia pelos restantes criadores de conteúdos. Só o uso consagra o neologismo: quando, nos anos 90, foi cunhado o termo «telemóvel», ninguém teria podido garantir que, trinta anos mais tarde, o seu uso se teria generalizado entre os falantes do português de Portugal (por oposição a alternativas como manter o termo inglês — *mobile phone* ou *cellular phone* — ou optar por uma das soluções que vingaram noutros espaços culturais e linguísticos — GSM, telefone celular, etc.); o seu êxito deveu-se à adesão da comunidade dos falantes a este neologismo, o qual, quanto mais vezes era repetido, mais habitual se tornava. Igual fenómeno possibilitou a entrada no português de termos inicialmente «estranhos», como «restaurante» (em vez de «*restaurant*»), «grande penalidade» (em vez de «*penalty*») ou «Moscovo» (em vez de «*Moscou*»): à medida que os diferentes criadores de conteúdos foram adotando cada um destes novos termos, mais a comunidade dos falantes se ia familiarizando com eles e superando a sua rejeição inicial, até chegarmos ao ponto em que já ninguém se lembra que houve um longo período da nossa história em que «Moscovo» se chamou «*Moscou*»...

Este papel de encorajamento só pode ser desempenhado por instituições que tenham a capacidade de centralizar as informações disponíveis e de exercer uma influência normalizadora suficiente sobre os órgãos de difusão de conteúdos. Importa, por exemplo, que, quando há várias alternativas para expressar um mesmo conceito (suponhamos que a Universidade de Coimbra propõe um termo, e a de Trás-os-Montes prescreve um outro; ou que cada perito ou investigador recomenda uma terminologia própria), se compreenda a importância de adotar uma *convenção normalizadora*, que, sem descartar a validade dos argumentos apresentados por cada autor, reconheça as vantagens de estabilizar a linguagem: adotar e difundir *convenções normalizadoras* para solucionar determinados problemas linguísticos, incluindo a criação de nova terminologia, facilita o trabalho de quem escreve e torna os textos mais transparentes para quem lê.

Graças à Fundação para o Espanhol Urgente⁽⁸⁾, a língua espanhola beneficia já de um mecanismo deste tipo, lançado pela Agência EFE e com o apoio da Real Academia Espanhola, que procura promover o uso correto do espanhol nos meios de comunicação social e encorajar a adoção dos neologismos oriundos dos diferentes domínios de especialização, incluindo a UE. O objetivo não é impor, de cima para baixo, uma série de limites à criatividade dos autores, antes sensibilizar para os benefícios da convergência das práticas, atendendo ao papel crucial que a esse nível cabe à comunicação social.

Importaria desenvolver um trabalho de natureza semelhante em Portugal e entre todos os países lusófonos. Paralelamente ao reconhecimento da diversidade das variedades do português usado em todo o mundo, cumpre aceitar que a defesa da nossa língua partilhada passa igualmente pela sua capacidade de normalização quando necessário.

Victor.Macedo@eesc.europa.eu

(1) É essencialmente ao Regulamento n.º 1, adotado em 1958, que o devemos: o seu artigo 4.º dispõe que «os regulamentos e os outros textos de carácter geral são redigidos nas línguas oficiais», ao passo que o artigo 5.º acrescenta que «o *Jornal Oficial da União Europeia* é publicado nas línguas oficiais».

Regulamento n.º 1 que estabelece o regime linguístico da Comunidade Económica Europeia, 1.7.2023 (versão consolidada), <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:01958R0001-20130701&from=PT>.

(2) Referi este exemplo no artigo «O prazer de folhear», «a folha», n.º 71 — primavera de 2023, https://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha71_pt.pdf.

(3) Tratado da União Europeia, 1.3.2020 (versão consolidada), http://data.europa.eu/eli/treaty/teu_2016/2020-03-01.

(4) Terminologia da União Europeia (IATE), <https://iate.europa.eu/>.

(5) Serviço de Publicações, *Código de Redação Interinstitucional*, <http://publications.europa.eu/code/pt/pt-000100.htm>.

(6) Parlamento Europeu, Conselho da União Europeia, Comissão Europeia, *Manual Comum de Apresentação e Redação dos Atos que São Objeto do Processo Legislativo Ordinário*, 2022, https://www.consilium.europa.eu/media/55409/joint_handbook_pt_31-march-2022.pdf.

(7) Comissão Europeia: Departamento de Língua Portuguesa, *Guia do Tradutor*, 2020, https://commission.europa.eu/system/files/2023-08/styleguide_portuguese_dgt_pt.pdf.

(8) Fundación del Español Urgente (FundéuRAE), <https://www.fundeu.es>.

Um aparte à parte (XIII)

Jorge Madeira Mendes
Antigo funcionário da Direção-Geral da Tradução — Comissão Europeia

Não diga «*Um autoclave, um interface*». Diga «**Uma autoclave, uma interface**».

Explicação:

Sendo «autoclave» e «interface» substantivos derivados de uma palavra principal (respetivamente, «clave» e «face») à qual se aglutinou um prefixo (auto-, inter-), o seu género é determinado pelo da palavra principal. De resto, prefixos como «auto-» ou «inter-» não têm género.

Uma autoclave é um recipiente hermético no qual se realizam reações sob forte pressão⁽¹⁾. À palavra principal, «clave» (que, por sinal, nada tem a ver com este tipo de aparelhos, pois deriva do latim *clave/clavis* por via erudita, paralelamente à palavra-irmã «chave», com a mesma origem mas derivada por via popular), adicionou-se o prefixo «auto-», que significa «próprio, de ou por si mesmo»⁽²⁾. Neste caso, não se trata do substantivo «auto», designativo de «peça teatral» ou de «narração escrita e autenticada de qualquer ato»⁽²⁾, o qual seria, efetivamente, do género masculino.

Quanto a «interface», trata-se de uma palavra com múltiplos significados, definida, muito genericamente, como «plataforma de contacto ou de transição entre dois ou mais sistemas». Podemos, por exemplo, dizer que, em Lisboa, as estações de caminhos de ferro Cais do Sodré e Santa Apolónia são interfaces entre o transporte rodoviário, o transporte ferroviário metropolitano e o transporte ferroviário interurbano, ou que a estação Aeroporto é uma interface entre o transporte ferroviário metropolitano e o transporte aéreo. Mas uma interface também pode ser: em informática, um circuito eletrónico que controla a ligação entre dois dispositivos informáticos e os ajuda a trocar dados, ou uma ligação entre equipamentos com funções diferentes e que não se poderiam conectar diretamente; em física, uma superfície que separa duas fases de um sistema; em ecologia, uma fronteira entre regiões adjacentes, que constitui o ponto de interação de sistemas independentes⁽³⁾. De qualquer modo, o importante é sabermos que a palavra principal, «face», é do género feminino.

A deriva para o masculino («o autoclave», «o interface») deve residir na errónea assimilação dos prefixos «auto-» e «inter-» a substantivos masculinos. Ora, existe de facto uma palavra homónima do prefixo «auto-», a qual designa dois substantivos de significação diferente mas ambos masculinos:

- 1) «O auto», no sentido de «peça teatral» (o dramaturgo renascentista português Gil Vicente escreveu muitos: *o Auto da Visitação, o Auto da Alma, o Auto da Barca do Inferno, o Auto da Fé*; e poder-se-ia também referir o macabro ritual de penitência pública de hereges e apóstatas por meio da Inquisição que a Igreja Católica instituiu, conhecido como «auto de fé»);
- 2) «O auto», no sentido de «narração escrita e autenticada de qualquer ato» (por exemplo, «o auto de notícia de um crime tem força probatória relativa»).

No caso de «o interface», passar-se-á algo comparável. Não existe um clube de futebol chamado «o Inter de Milão»? Portanto, «inter» há de ser masculino, concluem...

Palavras com génese idêntica: *o automóvel, o autoclismo, a autoestrada*⁽⁴⁾, *a interligação, a interconexão*.

Uma vez que «auto-» e «inter-» são prefixos, compreende-se que não se pode definir por eles o género das palavras compostas «autoclave» e «interface» — pelo que, gramaticalmente, não faz sentido dizer «o autoclave» ou «o interface».

jorge.mendes909@gmail.com

(1) Cf., por exemplo, Seleções do Reader's Digest, *Dicionário Enciclopédico Koogan-Larousse-Seleções*, 3.ª ed., vol. 1 (léxico comum), Larousse do Brasil, Rio de Janeiro, 1980.

(2) Cf. Silva, F. J. da, *Dicionário da Língua Portuguesa*, Editorial Domingos Barreira, Porto, 1984.

(3) Cf. Wikipédia, *Interface — Multissignificação de Interface*,
https://pt.wikipedia.org/wiki/Interface#Multissignificação_de_Interface.

(4) Se, na palavra «autoclave», muito restrita à linguagem técnico-científica, e na palavra «interface», de génese recente, podem, com benevolência, compreender-se hesitações na expressão do género, já na palavra «autoestrada», amplamente utilizada desde há muito, é inadmissível a sua associação ao género masculino. Porém, eu já ouvi «o autoestrada» (como se se tratasse de um auto que é estrada).



Nós aqui no estúdio e você aí em casa

Philippe Magnan Gariso

Tradutor Técnico, Mota-Engil Railway Engineering, S.A.

Caro leitor, aposto que já se pôs a imaginar um cenário de televisão com apresentadores, telejornais, concursos, concorrentes, telenovelas, eu sei lá, o que a tal «caixinha mágica» nos pode proporcionar, ao entrar-nos pela casa dentro — pois, a entrar pela casa fora não sei se será mais fácil, ou mesmo exequível...! Mas, nada disso, ou antes, o meu interesse extravasa cenários, ou a maior ou menor intensidade, ou o maior ou menor grau de enviesamento emocional, até, na voz e nas expressões corporais de quem lê (apresenta) os boletins noticiosos (ainda que discutível do ponto de vista da isenção a que a leitura de um telejornal obriga); vai para além da pura diversão — ou não — dos vários concursos, alguns com um suposto cariz cultural, ou de cultura geral; não, caro leitor, o meu fito nesta deambulação não tem que ver com os conteúdos, quaisquer que sejam. Tão-só com o uso cada vez pior da língua portuguesa por quem está do lado de lá do ecrã. Não posso deixar de constatar que, a todos os níveis, e muito particularmente no meio televisivo e jornalístico da imprensa falada, se generalizou o erro semântico, a incorrecção gramatical, a imprecisão científica, a má prosódia — em suma, o declive fortemente acentuado ao invés da rampa que conduziria ao «valor» que muitos apregoam da nossa língua para que se imponha ou, pelo menos, se mantenha no mesmo patamar nas instâncias internacionais ou no mundo dos negócios.

O leitor certamente já se deu conta de que, cada vez com maior frequência — diária, diria —, os comentadores, apresentadores de telejornais, de concursos e debates entremeiam o texto falado com vocábulos estrangeiros, vocábulos portugueses incorrectamente pronunciados, e frases de duvidosa gramaticalidade. Confesso que não consigo descortinar o que está na génese deste declínio: a impreparação de quem lecciona nas escolas de comunicação social, as poucas bases trazidas do ensino primário e liceal, a falta de brio? Ou tudo! Em tempos dei nota de quão impensável é, em canais televisivos de certos países, os apresentadores ou comentadores empregarem estrangeirismos — à excepção de palavras francesas importadas no inglês (nomeadamente na culinária).

Mas, voltemos ao «nós aqui no estúdio, e você aí em casa». É verdade, estamos fartos de ouvir (quase diariamente) o «aqui» e «ali», perguntando-nos qual será o acrescento para a compreensão da frase. Vem-me à memória o repetido desejo de um comentador nacional da TVI aos domingos: «Uma boa semana aí em casa»; desde logo o abuso de se presumir que todos estão em casa, ou que lá passarão a semana, mas sobretudo a utilidade do advérbio «aí». Tudo se resolveria com «uma boa semana para quem nos ouve/acompanha/para os nossos telespectadores», no limite, «para todos vós». Pela mesma razão, facilmente se percebe a inutilidade da redundância com o emprego dos advérbios «nós **aqui** no estúdio e vocês **aí** em casa».

Continuando, penso que também o leitor estará farto dos «CEOs», de «*defaults*», de «*gaps*», do «*réfresh*» com o «e» acentuado, das «*mises en scène*» e outros vocábulos com que os «*stakeholders*» nos brindam pela noite fora, ou pela noite dentro, ou em qualquer outro momento do dia. Há necessidade? Então, o que dizer de «CNN Portugal, Breaking News»? «Última hora» não serve? Bem sei que a língua é um organismo vivo — já dizia Horácio Dá Mesquita e Melo, ex-professor de alemão, no meu antigo 6.º ano liceal, em Matosinhos, em 1976, que recordo pelo modo brilhante como ensinava as declinações na língua de Goethe —, mas, francamente, tamanha influência não será perniciosa?

Igualmente incompreensível é a redundância «alegadamente terá» a respeito de suposições — «o suspeito alegadamente terá...», pois que o advérbio introduz a incerteza, a suposição, e o verbo conjugado no futuro do indicativo remete para a modalidade epistémica (valor de probabilidade), ou seja, a dúvida. Porquê, então, a redundância?

Vejamos alguns exemplos extraídos da imprensa digital e de programas televisivos, incluindo os tais concursos supostamente de cariz cultural:

Texto da Lusa sobre os 50 anos do Partido Socialista, encontrado na Rede:

... De todos os anteriores líderes, António Costa tinha a ouvi-lo Vítor Constâncio e Ferro Rodrigues, de quem foi, aliás, membro das suas direções no PS...⁽¹⁾

Simplesmente, sem comentários.

Um outro exemplo, de uma notícia veiculada pela SIC:

Sócrates, não deve ser julgado por falsificação.

Como interpretar este «não deve»? Não é justo que seja julgado, ou não há hipótese de o vir a ser? Ou deve ser julgado, mas não por falsificação?

Uma outra formulação num rodapé noticioso:

G7 condena Rússia de uso de alimentos como arma.

Muito recentemente, na TVI, num texto escrito e visualizado no ecrã a propósito da obrigatoriedade de proficiência linguística de nível 4 em português para os pilotos dos helicópteros Kamov de combate a incêndios, quem leu pronunciou repetidamente «proeficiência» em vez do correcto «proficiência» sem o «e». Porquê? Distracção, desconhecimento, dislexia... Já tudo é possível!

Prosseguindo, reproduzo a formulação de perguntas num concurso televisivo da RTP 1 em que são flagrantes as incorrecções, dando bem conta do grave desconhecimento da língua por quem a manuseia em contexto televisivo:

1. Publicado pela primeira vez em 1982, quem foi o autor de *Terra Sonâmbula*?
2. Foi engenheiro, que em colaboração com Bill English, inventou qual destes objetos?
3. A receita tradicional de ## é confecionada à base de qual destes ingredientes? (perdoe-me o leitor, mas escapou-se-me a iguaria).
4. De qual destes julgamentos Robert Kardashian fez parte da equipa de advogados?

E, ainda num debate:

...a única coisa que podemos chegar à conclusão...

Por último, caro leitor, não posso deixar de assinalar três recursos de que se socorrem, nestes tempos, a juventude e, digamo-lo, alguns (muitos) comentadores da caixa mágica. Não há pergunta ou comentário em cuja formulação não se introduza a locução «de certa forma», como que a sugerir algum retraimento,

receio, ou até um artifício diplomático de linguagem perante o interlocutor. Pergunto-me, tal como o caro leitor, qual será a necessidade desta bengala? Um outro hábito, este nos meios mais jovens, é o emprego da locução «de todo» em vez de «de modo algum», «de maneira nenhuma», «nem pensar», ou tão-somente «não»; finalmente, também muito a gosto dos mais novos, o «lá está» no início de uma explicação ou no início de uma resposta a uma pergunta.

Eu (aqui) no salão, refastelado, pimpão e o leitor (aí) onde quer que esteja. Espero que fique bem e uma boa semana (aí) onde estiver.

Philippe.Gariso@mota-engil.pt

⁽¹⁾ Diário de Notícias, Lusa, «Costa avisa contra o populismo e que o PS terá sempre uma guerra pela frente», *Diário de Notícias*, 19.4.2023, <https://www.dn.pt/politica/costa-avisa-contra-o-populismo-e-que-o-ps-tera-sempre-uma-guerra-16209427.html>.



Binormativismo ortográfico — os «etnónimos brasílicos»

Paulo Correia

Antigo funcionário da Direção-Geral da Tradução — Comissão Europeia

etnónimo brasílico

(Antropologia) cada uma das palavras que designam os grupos indígenas do território brasileiro, tanto os extintos, quanto os atuais, utilizando uma grafia especial cujas regras foram estabelecidas por antropólogos e linguistas⁽¹⁾

Decorreu recentemente no palácio dos Anjos, em Algés, Oeiras, a magnífica exposição fotográfica *Povos Originários, Guerreiros do Tempo*, de Ricardo Stuckert⁽²⁾. Nas legendas das fotos falava-se dos índios Yanomami, Ashaninka, Yawanawá, Kalapalo, Kayapó, Pataxó, Kaxinawá, Xukuru-Kariri e Korubo. Assim, com maiúscula inicial⁽³⁾, sem flexão de número, com *k*, *w* e *y* e sem *c* ou *q*. Essas legendas recordaram a existência de diferentes ortografias para os etnónimos em língua portuguesa dos povos índios do Brasil, já que, ao procurarem-se estes mesmos etnónimos nos dicionários ou no vocabulário ortográfico da Academia Brasileira de Letras, o que se encontra são as entradas ianomâmis, achanincas (ou axanincas), iauanauás, calapalos, caiapós, pataxós, caxinauás, xucurus-cariris e corubos.

Acontece que os etnónimos dos povos originários já tinham (e têm) nome em português quando antropólogos (maioritariamente e talvez exclusivamente não índios) decidiram criar uma nova ortografia — num verdadeiro caso de **binormativismo ortográfico** — para aquilo que viria a ficar conhecido por **etnónimos brasílicos**. Este binormativismo data de 1953, da *Convenção para a grafia dos nomes tribais*⁽⁴⁾, assinada pela maioria dos participantes na 1.ª Reunião Brasileira de Antropologia. Destaque:

Os abaixo-assinados, participantes da 1.ª Reunião Brasileira de Antropologia, resolvem para seu uso próprio e de quantos queiram a eles aderir, cingir-se às normas acima, para a **grafia dos nomes tribais brasileiros em texto português**, reservando-se o direito de rever essas Normas em futura Reunião de Antropologia; outrossim, fica entendido que cada um dos que as adotarem poderá, se lhe parecer conveniente, estender essas Normas à grafia de nomes tribais, em geral, de qualquer parte do mundo.
Sala de Sessões, Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1953.

No caso dos povos índios do Brasil, a prática ortográfica portuguesa aplicada, por exemplo, a brasileiros, portugueses, espanhóis, alemães, chineses ou coreanos não foi considerada por alguns como

«inclusiva», mas sim como «aculturadora». Como discriminação positiva, para os nomes dos povos originários propuseram-se ortografias «naturalizantes», com preocupações de melhor representar certos sons das línguas índias. Mal comparado, os etnónimos brasílicos seriam como nomes científicos, como na Zoologia⁽⁵⁾. De referir que os etnónimos brasílicos não correspondem necessariamente às autodenominações dos povos (por exemplo, Nambikwára não é um endónimo — é um exónimo, de origem tupi, significando «orelha furada»⁽⁶⁾).

Instituições como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a FUNAI (Fundação Nacional dos Povos Indígenas) ou o Instituto Socioambiental utilizam tendencialmente a nova ortografia. Porém, ela é algo instável, pois, como se poderá observar no **anexo** a este artigo, é frequente verificar-se o afastamento ou a adoção apenas parcial das regras fixadas na *Convenção para a grafia dos nomes tribais*, o que pode mesmo afetar a descobribilidade da informação sobre estes povos.

Já grandes jornais como a *Folha de São Paulo* ou instituições como a Secretaria de Comunicação Social (Secom) do Senado Federal do Brasil utilizam a ortografia portuguesa — tendencialmente mais estável —, aplicando as mesmas regras ortográficas para referir irlandeses ou ianomâmis, malteses ou macuxis, usbeques ou uapixanas, etc.

Regras ortográficas

Na Folha [de S.Paulo], nomes de nações, povos e tribos indígenas do Brasil são flexionados como os de qualquer etnia, povo ou nação: os tupis, os ianomâmis, os bantos, os apaches, os franceses, os mexicanos, os lapões.⁽⁷⁾

Indígena/etnia

Para designar o indivíduo, prefira o termo indígena a índio. Indígena significa “originário, aquele que está ali antes dos outros” e valoriza a diversidade de cada povo. Para se referir ao dia 19 de abril, a Secom adota o termo Dia dos Povos Indígenas (com iniciais maiúsculas), em vez de Dia do Índio.

Recomenda-se também o uso dos termos aldeia, terra ou território indígena, em vez de tribo. Para o grupo de indígenas, use etnia ou povo.

Os nomes de povos indígenas são aportuguesados e escritos com inicial minúscula.

Use no plural: os ianomâmis, os carajás, os caiapós, os tupis, os caingangues, os guaranis, os uaimiris, os xavantes.

Como exemplo, ele citou a **etnia catavixi**, que, segundo ele, não manteria contato com o homem branco.

O ferimento foi feito com golpe de facão por ~~indígenas Caiapó~~.

O ferimento foi feito com golpe de facão por **indígenas caiapós**.

Raoni é o líder ~~dos Caiapó~~, que ocupam a reserva do Parque do Xingu, em Mato Grosso.

Raoni é o líder **dos caiapós**, que ocupam a reserva do Parque do Xingu, em Mato Grosso.

Ele citou ataque a ~~Guaranis Kaiowás~~ no dia 18 em Amambaí (MS), próximo à fronteira com o Paraguai.

Ele citou ataque a **guaranis-caiúas** no dia 18 em Amambaí (MS), próximo à fronteira com o Paraguai.

Também serão analisados requerimentos como o de Jorge Viana (PT-AC) para informações sobre o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte e o de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) sobre fiscalização da fronteira do Amazonas e de Roraima em terras indígenas dos ~~Yanomamis~~ (**ianomâmis**).

Usado como adjetivo, flexione apenas no plural, mas não no feminino: a índia calapalo, as índias calapalos, os índios calapalos.⁽⁸⁾

Quanto aos dicionários, todos usam a ortografia portuguesa na entrada principal. Quando a **etnonímia brasílica** é incluída, aparece separadamente, como no anexo «Povos indígenas do Brasil» do *Dicionário Escolar da Língua Portuguesa* de Caldas Aulete⁽⁹⁾, ou como entradas secundárias e indicação no final das entradas principais, como no *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, de 2003. Exemplo extraído deste último dicionário:

ianomâmi s.2g. ETNOL 1 indígena pertencente aos ianomâmis ❖ **s.m.** LING 2 família linguística constituída pelas línguas ianam, ianomam, ianomâmi e sanumá 3 língua falada pelos ianomâmis ■ **adj.2g.** 4 relativo a ianomâmi (acp. 1, 2 e 3) ou aos ianomâmis ▣ ianomâmis **s.m.pl.** ETNOL 5 grupo

indígena que se divide nos subgrupos ianam, ianomâmi, ianomam e sanumá 6 subgrupo que habita o Nordeste do Amazonas (Área Indígena Yanomami), no Brasil e a Venezuela ⇨ etnm.br.: *Yanomami*⁽¹⁰⁾

Yanomami *adj.2g.2n. s.2g.2n.* etnm.br. ver IANOMÂMI⁽¹¹⁾

Conclusão: É natural a criação de regras ortográficas específicas adaptadas à escrita das línguas indígenas, nomeadamente dos seus etnónimos e glossónimos nessas línguas. No entanto, essas regras ortográficas não têm de extravasar para os textos em português. Exemplo de texto em guarani:

Pehẽ 3

Hasýpe hesakã chéve mamóguipa ouraka'e. Príncipe'i, omba'eporandúvonte oikóva, há'etevoi ku araka'eve nohendúva che remiporandu. Iñe'ẽ sapy'ante opoireireíva rupive, mbgukatúpe oikuaauapa chéve.⁽¹²⁾

Outros casos de binormativismo

Não foram apenas os antropólogos brasileiros que decidiram criar regras próprias para a ortografia portuguesa na sua área. Frequentemente, esse afastamento das regras-padrão do português faz-se por um **voluntarismo** tendente à aproximação gráfica a um internacionalismo de referência (quase sempre a aproximação à ortografia do inglês). Essas tentativas têm tido êxito desigual. Três exemplos:

1) **Mercosul** — em linha com Mercosur, o nome em espanhol —, em vez de Mercossul, que seria a grafia consentânea com a pronúncia efetiva do nome.

2) **Eurosistema**, em vez de Eurossistema — levou mesmo a uma alteração do Tratado de Lisboa a pedido das autoridades nacionais.

Onde se lê: «1. O Banco Central Europeu e os bancos centrais nacionais constituem o Sistema Europeu de Bancos Centrais (adiante designado “SEBC”). O Banco Central Europeu e os bancos centrais nacionais dos Estados-Membros cuja moeda seja o euro, que constituem o Eurossistema, conduzem a política monetária da União.»;

leia-se: «1. O Banco Central Europeu e os bancos centrais nacionais constituem o Sistema Europeu de Bancos Centrais (adiante designado “SEBC”). O Banco Central Europeu e os bancos centrais nacionais dos Estados-Membros cuja moeda seja o euro, que constituem o Eurosistema, conduzem a política monetária da União.»⁽¹³⁾

3) **kilometro** ou **milisegundo**, em vez de quilómetro ou milissegundo — esta pretensão do Instituto Português da Qualidade, em nome da comunidade metrológica, tem sido largamente ignorada nos textos gerais.

Ao longo do texto deste documento, escreve-se “kilometro” (sem a acentuação) e “kilograma”, tendo em vista a reintrodução do “k” no alfabeto português, assim como a observância à regra de escrita do SI que estabelece a junção simples dos prefixos aos nomes das unidades. Por conta desta regra, além do uso de “kilometro” no lugar de “quilómetro”, escreve-se também, ao longo do texto deste documento, “milimetro” e “centimetro”, respectivamente, no lugar de “milímetro” e “centímetro”.

Tal ação tem como objetivo, a adaptação gradual da comunidade metrológica à grafia do prefixo “kilo” no lugar de “quilo” e dos prefixos, de maneira geral, associados às unidades de medida do SI. Por conta disso, este documento na versão em uso no Brasil não tenciona, neste momento, impor tal forma de escrita, dando também a opção de se continuar escrevendo prefixos associados às unidades de medida do SI na forma convencionada e adotada ao longo de anos.

8 Nota dos tradutores: uso em Portugal “kilograma”, no Brasil “kilograma” ou “quilograma”.

9 Nota dos tradutores: uso em Portugal “centimetro”, no Brasil “centimetro” ou “centímetro”.

10 Nota dos tradutores: uso em Portugal “kilometro”, no Brasil “kilometro” ou “quilómetro”.

12 Nota dos tradutores: uso em Portugal “kilo”, no Brasil “kilo” ou “quilo”.

13 Nota dos tradutores: uso em Portugal “milimetro”, no Brasil “milimetro” ou “milímetro”⁽¹⁴⁾

Conclusão: Enquanto para os nomes próprios (Mercosul, Eurosistema) é aceite a não observância das regras do português⁽¹⁵⁾, vocabulários, dicionários ou mesmo o *Diário da República* ou o *Jornal Oficial da União Europeia* (JO) mantêm-se fiéis à ortografia oficial para os nomes comuns. Exemplo:

quilómetro

(qui·ló·me·tro)

nome masculino

1. [Física, Metrologia] Unidade de medida de comprimento que corresponde a mil metros.⁽¹⁶⁾

E os etnónimos nas instituições europeias?

Nas instituições europeias, a tendência é/foi, muitas vezes, seguir os **internacionalismos**, aplicando ao português regras gramaticais e ortográficas mais próprias do inglês. Exemplo do Parlamento Europeu, onde se referem povos indígenas do norte do Brasil⁽¹⁷⁾:

Salientando que milhões de pessoas, especialmente populações indígenas que vivem nas florestas tropicais, como **os Yanomami, os Macuxi, os Wapixana** e a população de Kalimantan⁽¹⁸⁾, cuja existência está seriamente ameaçada pelo alastramento do incêndio, sofrem também diretamente as consequências negativas destes incêndios florestais, como as carências alimentares, a rotura económica e problemas de saúde, (...)

Redação alternativa:

Salientando que milhões de pessoas, especialmente populações indígenas que vivem nas florestas tropicais, como **os ianomâmis, os macuxis, os uapixanas** (...)

Mais alguns exemplos retirados da versão portuguesa do JO:

Manifesta profunda preocupação face à situação na região de Kidal, em que **os rebeldes Tuareg** [redação alternativa: **os rebeldes tuaregues**] do MNLA continuam a recusar entregar o controlo ao exército maliano, dificultando seriamente o processo de reconstrução; convida o governo e o MNLA a realizarem um debate preliminar sobre a participação do MNLA na Comissão Nacional de Diálogo e Reconciliação;⁽¹⁹⁾

A guerra civil que tem vindo a devastar o Burundi desde 1993 deixou a população extremamente vulnerável. O conflito, de carácter essencialmente político, embora com uma forte componente étnica, opõe **os Tutsi aos Hutu** [redação alternativa: **os tutsis aos hútus**], alguns dos quais se organizaram em grupos armados.⁽²⁰⁾

Esta temática já tinha sido referida no n.º 40 d'«a folha», no artigo «Etnónimos, uma categoria gramatical à parte?»⁽²¹⁾.

Conclusão: Quanto maior o desconhecimento da realidade referida, maior poderá ser a tentação de decalcar o internacionalismo, mesmo pondo em causa as regras gramaticais e ortográficas do português.

correiapms@gmail.com

Anexo — Povos/etnias indígenas, segundo o tronco linguístico e família linguística

As listagens utilizadas neste anexo têm como ponto de partida o Censo Demográfico 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conforme referido na publicação *O Brasil Indígena*⁽²²⁾. Os quadros estão organizados por troncos e famílias linguísticas.

Nos quadros abaixo faz-se a comparação — **no plural** — entre 1) os etnónimos registados no *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*⁽²³⁾ (VOLP, versão 2022-2023) da Academia Brasileira

de Letras (ou noutras fontes, quando o VOLP é omissivo ou apresenta soluções potencialmente não regulares) e 2) os etnónimos brasílicos do IBGE e da lista de etnónimos brasílicos «A grafia dos nomes tribais brasileiros»⁽²⁴⁾ (GNTB), quando diferentes e presentes nessa lista. No final, referem-se as principais fontes consultadas e apresentam-se algumas notas sobre a ortografia portuguesa.

macrojês⁽²⁵⁾

(129.431 recenseados)

1) VOLP	2) IBGE	1) VOLP	2) IBGE
macrojês^{VOP}	Macro-Jê		
bororos	Boróro, Borôro^{GNTB}		
bororos	Boróro Borôro ^{GNTB}	umutinas	Umutina Umotína ^{GNTB}
guatós	Guató		
guatós	Guató	—	—
jês	Jê		
apinajês ⁽²⁶⁾	Apinayé	canelas	Kanela
apaniecras-canelas ^{DM,DH(27)}	Kanela Apaniekra	rancocamecras-canelas ^{DM,DH(28)}	Kanela Rankocamekra
cricataguês-gaviões ⁽²⁹⁾	Gavião Krikatejê	paracatejês-gaviões	Gavião Parkatejê
pucobiês-gaviões	Gavião Pukobiê	craós	Krahô Krahó ^{GNTB}
craôs-canelas ⁽³⁰⁾	Krahô-Kanel	crenjês	Krenyê
cricatis	Krikat	cocuiregatejês ^{DM}	Kokuiregatejê
timbiras	Timbira Timbira ^{GNTB}	caingangues	Kaingang Kaingáng ^{GNTB}
caiapós	Kayapó	panarás	Panará
quisejês ^{N3,N4(31)}	Kisêdjê	tapaiunas	Tapayuna Tapayúna ^{GNTB}
xacriabás	Xacriabá Xakriabá ^{GNTB}	xavantes	Xavante Xavánte ^{GNTB}
xerentes	Xerente Xerênte ^{GNTB}	xoclengues	Xoklêng
carajás	Karajá, Karayá^{GNTB}		
carajás	Karajá Karayá ^{GNTB}	javaés	Javaé Yavahé ^{GNTB}
xambioás	Xambioá	—	—
crenaques	Krenák		
crenaques	Krenák	—	—
maxacalis	Maxakali		
maxacalis	Maxakali	pataxós	Pataxó
pataxós-hã-hã-hães ^{DH,DM,DA/N2}	Pataxo Há-Há-Há	—	—
ofaiés	Ofayé		
ofaiés	Ofayé	—	—
ricbactas	Rikbaktas		
ricbactas ⁽³²⁾	Rikbaktas	—	—
iatês	Yatê		
fulniôs	Fulni-ô Fulnió ^{GNTB}	—	—

tupis

(156.073 recenseados)

1) VOLP	2) IBGE	1) VOLP	2) IBGE
tupis	Tupi, Tupi^{GNTB}		
ariquemes⁽³³⁾	Arikém		
caritianas	Karitiana Karitiâna ^{GNTB}	—	—
auetis	Awetí		
auetis	Aweti	—	—
jurunas	Jurúna, Yurúna^{GNTB}		
jujás ^{N3,N4(34)}	Yudjá	xipaias	Xipáya
maués	Mawé		
saterês-mauês ⁽³⁵⁾		—	—
mondés	Mondé		
araras do Aripuanã ^{N1}	Arara do Aripuanã	aruás	Aruá
cintas-largas	Cinta Larga	gaviões de Rondônia ^{N1}	Gavião de Rondônia
zorós	Zoró	sanamaicãs	Salamây
suruís de Rondônia ^{N1}	Suruí de Rondônia	—	—
mundurucus	Mundurukú		
mundurucus	Mundurukú	curuaias ⁽³⁶⁾	Kuruáya
puruborás	Puroborá		
puruborás	Puroborá	—	—
ramarramas⁽³⁷⁾	Ramaráma		
araras de Rondônia ^{N1}	Arara de Rondônia	urucus ^{DA}	Urucú Urukú ^{GNTB}
tuparis	Tuparí		
ajurus	Ajuru	acuntsus ^{Wiki}	Akuntsú
macurapes	Makuráp	sacurabiates ^{Wiki}	Sakurabiat
tuparis	Tuparí	—	—
tupis-guaranis	Tupi-Guarani		
amanaiés	Amanayé	anambés	Anambé
apiacás	Apiaká	arauetés	Araweté
assurinins do Tocantins ^{N1}	Asurini do Tocantins ⁽³⁸⁾	paracaná	Parakanã
suruís do Pará ^{N1(39)}	Suruí do Pará	assurinins do Xingu ^{N1}	Asurini do Xingu
avás-canoeiros	Ava-Canoeiro	guajás	Guajá
guaranis	Guaraní	guaranis-caiouás ⁽⁴⁰⁾	Guarani Kaiowá
guaranis-embíás ⁽⁴¹⁾	Guarani Mbya	guaranis-nhandevas ⁽⁴²⁾	Guarani Nhandeva
caapores	Ka'apor	camaiurás	Kamayurá
amondauas	Amondáwa	diaóis ^{Wiki}	Diahói
jumas	Juma Yúma ^{GNTB}	caripunas ^{DM}	Karipuna Karipúna ^{GNTB}
cauaíbas	Kawahíb	parintintins	Parintintim Parintintín ^{GNTB}
tenharins	Tenharim	uru-eu-uau-uaus ^{DH,DM/N2}	Uru-Eu-Wau-Wau
caiabis	Kaiabi Kayabí ^{GNTB}	cocamas	Kokama
cambebas	Kambéba	tapirapés	Tapirapé
tenetearas	Tenetehara	tembés	Tembé
tamoios	Tamoio Tamóyo ^{GNTB}	turiuaras	Turiwára
uaiapi	Waiápy Wayapí ^{GNTB}	xetás	Xetá
zoés ^{Wiki}	Zo'é	—	—

etnias pertencentes a outras famílias não classificadas em troncos
(216.480 recenseados)

1) VOLP	2) IBGE	1) VOLP	2) IBGE
aruaques	Aruak, Aruák ^{GNTB}		
apurinãs	Apurinã	axanincas ^{Wiki/N3(43)}	Ashaninka
baníuas	Baniwa Baniwa ^{GNTB}	curripacos	Kuripako
barés	Baré	enauenês-nauês	Enawenê-Nawê
caixanas	Kaixana	quiniquinaus	Kinikinau Kinikináo ^{GNTB}
manchineris ^{Wiki}	Manchineri	mauaianas	Mawayána Mawaiâna ^{GNTB}
meinacos	Mehináku	palicures	Palikur Palikúr ^{GNTB}
parecis	Paresí	tarianas	Tariana Tariâna ^{GNTB}
terenas	Terena Terêna ^{GNTB}	uapixanas	Wapixana Wapitxâna ^{GNTB}
uarequenas	Warekena Warakêna ^{GNTB}	uaurás	Wauja
iaualapitis	Yawalapití Yawarapití ^{GNTB}	—	—
caribes^{AD}	Karib, Karíbe ^{GNTB}		
apalaís ⁽⁴⁴⁾	Apalaí Aparaí ^{GNTB}	araras do Pará ^{N1}	Arara do Pará
bacairis	Bakairí	galibis do Oiapoque ^{N1}	Galibi do Oiapoque ⁽⁴⁵⁾
hixcarias (cs)	Hixkaryána	icpengues	Ikpeng
ingaricós	Ingarikó	calapalos	Kalapalo Kalapálo ^{GNTB}
cuicuros	Kuikuro	matipus	Matipú
nauquás	Nahukuá	naruvotus	Naravute Naravúte ^{GNTB}
caxuianas	Kaxuyana Kaxuiâna ^{GNTB}	macuxis	Makuxí
capons-patamonas ⁴⁶	Kapon Patamóna	taulipangues	Taulipáng Taulipang ^{GNTB}
tiriós	Tiriyó	uaiuais	Wai Wai
carafauianas	Karafawyana	catuenas	Katuenta
tunaianas	Tunayana	xeréus ^{DM}	Xereu
iaipianas ^{N4}	Yaipiyana	uaimiris-atroaris	Waimiri Atroari
uaianas	Wayana Wayâna ^{GNTB}	iecuanas	Ye'kuana Yekuaná ^{GNTB}
panos	Pano		
araras do Acre ^{N1}	Arara do Acre	catuquinas do Acre ^{N1}	Katukina do Acre
caxararis	Kaxarari Kaxararí ^{GNTB}	caxinauás	Kaxinawá Kaxináwa ^{GNTB}
corubos	Korúbo	culinas-panos ⁽⁴⁷⁾	Kulina Páno
marubos	Marúbo	matís ^{Wiki}	Matís
matsés	Matsés		Maya
nuquinis	Nukiní Nukuiní ^{GNTB}	poianauas	Poyanáwa
xanenauas ^{N3(48)}	Shanenáwa Xanináwa ^{GNTB}	iaminauas	Yamináwa
iauanauás	Yawanawá Yawanáwa ^{GNTB}	—	—
tucanos	Tukano		
arapaços	Arapáso	barás ⁽⁴⁹⁾	Bará

barasanas	Barasána	desanas	Desána Desâna ^{GNTB}
carapanãs	Karapanã	uananas	Wanana Wanâna ^{GNTB}
cubeos	Kubeo	macunas	Makúna
sirianos	Siriano	tucanos	Tukano
tuiucas	Tuyúca Tuyuka ^{GNTB}	iurutis ^{N4}	Yurutí
piratapuias	Piratapuya	miritis-tapuias	Mirititapua
arauás	Arawá, Aráwa ^{GNTB}		
banauás ⁽⁵⁰⁾	Banawa	denis	Dení
jamamadís	Jamamadí	jarauaras ^{Wiki}	Jarawára
canamantis ^{DH,DA}	Kanamanti	culinas-madijás ⁽⁵¹⁾	Kulina Madijá
paumaris	Paumarí	zuruarrãs	Zuruahã
catuquinas	Katukina		
canamaris	Kanamarí	catuquinas	Katukina Katukína ^{GNTB}
catauixis	Katawixí	—	—
macus	Makú (Nadahup)		
macus	Makú	daus ^{N4}	Dâw
hupdás ^{Wiki}	Hupda	nadebes ^{Wiki}	Nadëb
nambiquaras	Nambikwára, Nanbikuára ^{GNTB}		
manducas ^{N4}	Manduka	halotesus ^{N4}	Halotesu
quitalus ^{N4}	Kithaulu	uacalitesus ^{N4}	Wakalitesu
sautesus	Sawentesu	alaquetesus ^{N4}	Alaketesu
alantesus ^{N4}	Alantesu	haaintesus ^{N4}	Hahaintesu
sarares ^{N4}	Sarare	uaiquisus ^{N4}	Waikisu
uasusus ^{N4}	Wasusu	lacondés	Lakondê
latundês ^{Wiki}	Latundê	negarotês ^{N4}	Negarotê
mamaindês	Mamaindê	tauandês ^{DA}	Tawandê
sabanês ^{Wiki}	Sabanê	nambiquaras	Nambikwára
chapacuras ^{Wiki/N3(52)}	Txapakúra		
cujubins ^{Wiki}	Kujubim	miquelenos	Migueléno
oro-uins	Oro Win	torás ^{Wiki}	Torá Tóra ^{GNTB}
pacaás-novas	Pakaa Nova	—	—
ianomâmis	Yanomamí		
ninames ^{N4}	Ninám	sanumás ^{Wiki}	Sanumá
ianomãs	Yanomán	ianomâmis	Yanomámi
boras	Bóra		
boras	Bóra	miranhas	Miránha Mirânia ^{GNTB}
guaicurus	Guaikurú		
cadiuéus ⁽⁵³⁾	Kadiwéu	guaicurus	Guaikurú
muras	Múra		
muras	Múra	pirarrãs ⁽⁵⁴⁾	Pirahã Pirahá ^{GNTB}
zamucos	Samúko, Zamúko ^{GNTB}		
chamacocos ^{N3}	Chamakóko Txamakóko ^{GNTB}	—	—
chiquitos	Chiquito		
chiquitanos	Chiquitano	—	—
jabutis	Jabuti, Yabuti ^{GNTB}		
aricapus	Arikapú	jeoromichis-jabutis ^{N3,N4}	Djeoromitxi-Jabuti
uitotos	Witoto		
uitotos	Witoto	—	—

outras etnias cujas línguas não são classificadas nem em troncos nem em famílias
(170.540 recenseados)

1) VOLP	2) IBGE	1) VOLP	2) IBGE
aconás ⁽⁵⁵⁾	Aconã	aicanãs ⁽⁵⁶⁾	Aikaná
aimorés	Aimore	anacés	Anacé
apolimas-araras ^{Wiki}	Apolima-Arara	aranãs	Aranã
arapiuns	Arapuim	ariques ^{N4(57)}	Arikén Arikên ^{GNTB}
aricosés ^{N4}	Arikosé	aticuns ⁽⁵⁸⁾	Atikum
baenãs	Baenã	boraris	Borari
botocudos	Botocudo	catoquinas ⁽⁵⁹⁾	Catokin
charruas ^{N3}	Charrua Txarúá ^{GNTB}	galibis-maruornos	Galibí Marwórno
iranches ^{N3}	Irántxe	icés ^{DA}	Issé
jaricunas	Jaricuna	jeripancós	Jeripancó
caetés	Kaeté	caianas ^{N4}	Kahyana
caimbés	Kaimbé	calabaças	Kalabaça Kalabása ^{GNTB}
calancós	Kalankó	camacãs	Kamakã Kamakán ^{GNTB}
cambas	Kamba	cambiuás	Kambiwá
cambiuás-pipipãs ⁽⁶⁰⁾	Kambiwá-Pipipã	campés	Kampé
canindés ^{Wiki}	Kanindé	canoês ^{DH,DM,AD}	Kanoé
cantarurés	Kantaruré	capinauás	Kapinawá
carapotós	Karapotó	carijós	Karijó
caripunas do Amapá ^{Wiki/N1}	Karipúna do Amapá	cariris	Kariri Kariri ^{GNTB}
cariris-xocós	Kariri-Xocó	caxixós	Kaxixó
caiuisianas ^{N4}	Kayuisiana	quiriris	Kiriri Kiriri ^{GNTB}
coiupancás	Koiupanká	contanauas ^{DA}	Kontanawá
laianas	Laiana	manaus	Manao
maraguás	Maragua	marimãs	Marimã
maitapus ^{N4}	Maytapu	mucurins ^{N4}	Mucurim
minquis ^{N4}	Mynky	nauas	Nawa
paiaçus	Paiaku	pancarás ^{Wiki}	Pankará
pancararés	Pankararé	pancararus	Pankararú
pancararus-caruazus ⁽⁶¹⁾	Pankararú - Karuazu	pancaru	Pankaru
papavós ^{N4}	Papavó	paumelenhos ^{DA}	Paumelenho
piripiris	Piri-Piri	pitaguaris	Pitaguari
potiguaras	Potiguara Potiguára ^{GNTB}	puri	Puri Puri ^{GNTB}
saparás	Sapará	tabajaras	Tabajara
tapajós	Tapajós	tapebas	Tapeba
tapiuns ^{N4}	Tapiuns	tapuias	Tapuia Tapúya ^{GNTB}
tucunas	Tikúna	tinguis-botós	Tingui-Botó
tremembés	Tremembé	trucás	Truká
trumaís	Trumái	tumbalalás	Tumbalalá
tupaiús ^{Wiki}	Tupaiu	tupinambás	Tupinambá
tupinambaranas	Tupinambaraná	tupiniquins	Tupiniquim
tuxás	Tuxá	uassus	Wassú
xocós	Xocó Txokó ^{GNTB}	xucurus	Xucuru Xukurú ^{GNTB}
xucurus-cariris	Xucuru-Kariri	—	—

Fontes

AD — *Dicionário Aulete Digital*, Lexikon, <https://www.aulete.com.br/>.

DA — Ferreira, A. B. de H., *Novo Aurélio: Dicionário de Língua Portuguesa Século XXI*, Nova Fronteira, 1999, ISBN 9788520910108.

DH — *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Temas e Debates, 2003, ISBN 9789727596645.

DM — *Michaelis: Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, Melhoramentos, <https://michaelis.uol.com.br/>.

Wiki — *Wikipédia: A enciclopédia livre*, <https://pt.wikipedia.org/wiki/>.

Nota1 — Tomando como modelo os etnónimos **tártaros da Crimeia** ou **alemães do Volga**, registrar-se-á araras do Aripuanã, araras de Rondônia, araras do Pará, araras do Acre, assurinís do Tocantins, assurinís do Xingu, caripunas do Amapá, catuquinas do Acre, galibís do Oiapoque, gaviões de Rondônia, suruís do Pará, suruís de Rondônia. Esta é a prática seguida no *Dicionário Aurélio Século XXI*, de 1999.

O VOLP regista arara do aripuanã. A minúscula em aripuanã (Aripuanã, rio brasileiro) parece indiciar uma eliminação dos hífenes de uma anterior ortografia arara-do-aripuanã (com estranhas semelhanças às regras ortográficas da zoonímia), como registado no *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, de 2003. O VOLP regista igualmente assurini do tocantins (Tocantins, estado e rio brasileiro), assurini do xingu (Xingu, rio e parque indígena brasileiro), galibi do oiapoque (Oiapoque, rio brasileiro, na fronteira com a Guiana Francesa) e caripuna do amapá (Amapá, estado brasileiro).

O VOLP regista separadamente arara, assurini, caripuna, catuquina, galibi, gavião, suruí.

N.B.: Não confundir com os gentílicos de topónimos complexos, onde o uso de hífenes e minúsculas iniciais é a regra. Exemplo: **rio-grandense-do-piauí** (de Rio Grande do Piauí), como indicado no VOLP, no Houaiss e no Aurélio.

Nota2 — O VOLP regista pataxós hã hã hães e uru eu uau uaus. O *Michaelis*, *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* e o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, de 2003, registam **pataxós-hã-hã-hães** e **uru-eu-uau-uaus**. *Dicionário Aurélio Século XXI*, de 1999, segue a mesma abordagem de uso de hífenes, com uma diferença: urueu-uau-uaus. Registrar-se-á a abordagem dos dicionários brasileiros.

Nota3 — Utilizar-se-ão as seguintes correspondências:

- **x** em português corresponde ao **sh** do IBGE axanincas (Ashaninka), xanenauas (Shanenáwa)
- **ch** em português aproxima o **tx** da grafia dos etnónimos brasílicos: chapacuras (Txapakúra), chamacocos (Txamakóko), charruas (Txarúa), iranches (Irántxe), jeoromichis (Djeoromitxi)
- **j** em português aproxima o **dj**: quisejês (Kisêdjê), jujás (Yudjá), jeoromichis (Djeoromitxi)

Nota4 — Aportuguesamentos de autodenominações (endónimos) não registadas no VOLP. Novos etnónimos que ajudam a identificar melhor os diferentes grupos não implicam que essas designações não se possam grafar com a ortografia-padrão do português.

(1) Wikcionário, *Etnônimo brasílico*, https://pt.wiktionary.org/wiki/etnônimo_brasílico.

(2) Barata, S. P., «Exposição do conceituado fotógrafo brasileiro Ricardo Stuckert chega a Alges», *New in Oeiras*, 20.4.2023, <https://newinoeiras.nit.pt/cultura/exposicao-conceituado-fotografo-brasileiro-ricardo-stuckert-chega-alges/>.

(3) A base XIX do AO90 não é taxativa a este respeito:

Obs.: As disposições sobre os usos das minúsculas e maiúsculas não obstam a que obras especializadas observem regras próprias, providas de códigos ou normalizações específicas (terminologias antropológica, geológica, bibliológica, botânica, zoológica, etc.), promanadas de entidades científicas ou normalizadoras, reconhecidas internacionalmente.

Portal da Língua Portuguesa, *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990*, <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/acordo.php?action=acordo&version=1990>.

(4) Associação Brasileira de Antropologia, «Convenção para a Grafia dos Nomes Tribais», *Revista de Antropologia*, vol. 2, n.º 2, dezembro de 1954, p. 150, <https://www.revistas.usp.br/ra/issue/view/8378/558>.

(5) Rosa, M. C., «Revisitando a Convenção e A grafia de nomes tribais brasileiros», *Confluência*, Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, n.º 59, julho-dezembro de 2020, <https://revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/364/233>.

(6) Miller, J., *Nambikwara*, Povos Indígenas no Brasil, <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Nambikwara>.

(7) Folha de São Paulo, *Manual da Redação*, 16.ª ed., Publifolha, 2010.

(8) Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal (Secom), *Manual de Comunicação da Secom: Indígena/etnia*, <https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/estilos/indio>.

(9) Aulete, F. J. de C., *Dicionário Escolar da Língua Portuguesa*, Lexikon, 2012, ISBN 978-85-86368-82-0.

(10) *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Temas e Debates, 2003, ISBN 9789727596645.

(11) *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Temas e Debates, 2003, ISBN 9789727596645.

(12) Saint-Exupéry, A., *Príncipe*, Pereira, M. G. (trad.), Servilibro, 2018, ISBN 978-99967-59-24-6.

(13) Ata de Retificação do Tratado de Lisboa que altera o Tratado da União Europeia e o Tratado que institui a Comunidade Europeia, assinado em Lisboa em 13 de dezembro de 2007, [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:12007L/TXTR\(04\)&from=PT](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:12007L/TXTR(04)&from=PT).

(14) Instituto Português de Qualidade (IPQ), Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), *Vocabulário Internacional de Metrologia*, 1.ª ed., 2012, https://storage.googleapis.com/core.windows.net/website/VIM-Vocabulário-Internacional-de-Metrologia_IPQ_INMETRO_2012.pdf.

(15) Na prática, cada um escreve/assina o nome próprio como os pais entenderam registá-los (Luiz, Manoel, Raúl, Suzana, Victor, etc.).

(16) Priberam, *Dicionário Priberam Online de Português: quilómetro*, <https://dicionario.priberam.org/quilómetro>.

(17) Ata da Sessão de Quinta-Feira, 2 de abril de 1998: 7. Incêndios que assolam o Norte do Brasil e o Sudeste Asiático, https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=OJ:JOC_1998_138_R_0136_04&from=PT.

(18) Boméu.

(19) Resolução do Parlamento Europeu, de 13 de junho de 2013, sobre a reconstrução e democratização do Mali (2013//2587(RSP)), <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52013IP0281&from=PT>.

(20) Relatório da Comissão (Serviço Humanitário da Comunidade Europeia - ECHO) — Relatório anual 2001, <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:A52002DC0322&from=PT>.

(21) Correia, P., «Etnónimos, uma categoria gramatical à parte?», «a folha», n.º 40 — outono de 012, https://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha40_pt.pdf.

(22) Fundação Nacional dos Povos Indígenas, *O Brasil Indígena (IBGE)*, <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/povos-indigenas/o-brasil-indigena-ibge-1>.

Listagens alternativas:

— Instituto Socioambiental (ISA), *Povos Indígenas no Brasil: Quadro geral dos povos*, https://pib.socioambiental.org/pt/Quadro_Geral_dos_Povos.

— Wikipédia, *Lista de povos indígenas do Brasil*, https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_povos_indigenas_do_Brasil.

(23) Academia Brasileira de Letras, Busca no Vocabulário, <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>.

(24) Rosa, M. C., «Revisitando a *Convenção* e *A grafia de nomes tribais brasileiros*», *Confluência*, Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, n.º 59, julho-dezembro de 2020, <https://revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/364/233>.

(25) O VOLP regista macro-jê, mas o VOP indica macrojê. Macro-, prefixo. Fontes mais antigas grafam gê em vez de jê.

(26) O VOLP regista também o sinónimo apinaíé.

(27) O VOLP regista apaniekra. A lista GNTB regista Apâniekra.

(28) O VOLP regista rancocamecrã. A lista GNTB regista Ramkókamekra.

(29) O VOLP regista separadamente cricataguê, ou cricataguê, e gavião.

(30) Rondon, J. E., Ramos, V., «Índios libertam dois reféns no Tocantins», *Terras Indígenas no Brasil*, Instituto Socioambiental (ISA), 15.6.2004, <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/35583>.

(31) O VOLP regista o exónimo suiá. A lista GNTB regista Suyá.

(32) O VOLP regista também o sinónimo ricbatissa.

(33) O Houaiss, o Aurélio e o Michaelis indicam o sinónimo ariquem.

(34) O VOLP regista o sinónimo juruna.

(35) O Aurélio e o Michaelis registam sateré-maué.

(36) O VOLP regista também o sinónimo curuaie.

(37) O VOLP regista também o sinónimo ramarama.

(38) A lista GNTB regista Azuriní.

(39) O VOLP regista o sinónimo suruí-aiqueuara.

(40) O VOLP regista separadamente guarani e caiouá.

(41) O VOLP regista separadamente guarani e embiá (mbiá).

(42) O VOLP regista separadamente guarani e nhandeva.

(43) O VOLP regista o sinónimo achaninca.

(44) O VOLP regista também o sinónimo aparai.

(45) A lista GNTB regista Galibí.

(46) O VOLP regista separadamente capom e patamona.

(47) O VOLP e o Houaiss registam o plural culinas-pano. O Aurélio e o Michaelis registam culinas-panos.

(48) O VOLP regista o sinónimo chanenaua.

(49) O VOLP regista bará-tucano.

(50) O VOLP regista banauá-iafi.

(51) O VOLP regista separadamente culina e madijá.

(52) O VOLP regista txapacura.

(53) O VOLP regista também o sinónimo cadivéu.

(54) O VOLP regista também o sinónimo pirarã.

(55) O VOLP regista também o sinónimo aconã.

(56) O VOLP regista também o sinónimo aicaná.

(57) Cf. ariquemes.

(58) O VOLP regista também aticum-umã, plural aticum-umãs. O Houaiss regista o plural aticuns-umãs.

(59) Cf. catuquinas.

(60) O VOLP regista separadamente cambuiá e pipipã.

(61) O VOLP regista separadamente pancararu e caruazu.

Exoneração de responsabilidade: Os textos incluídos são da responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião da Redação nem das instituições europeias.

A Redação é responsável pela linha editorial d'«a folha», cabendo-lhe decidir sobre a oportunidade de publicação dos artigos propostos.

Redação: Ana Luísa Faria (Conselho); José Pedro Ferreira (Comissão); Victor Macedo (CESE-CR); José António Mesquita (PE); António Raúl Reis (Serviço das Publicações)

Grupo de apoio: Paulo Correia; Susana Gonçalves (Comissão); Hilário Leal Fontes (Comissão); Ana Lorenzo Garrido (Comissão); Cristina Machado (Comissão); Daniela Ramalho da Silva (PE); Joana Seixas (CESE-CR)

Paginação: Susana Gonçalves (Comissão)

Envio de correspondência: dgt-folha@ec.europa.eu

Edição impressa: oficinas gráficas do Serviço de Infraestruturas e Logística — Bruxelas (Comissão)

Edição eletrónica: sítio Web da Direção-Geral da Tradução da Comissão Europeia no portal da União Europeia — https://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/pt_magazine_pt.htm

Os artigos contidos neste boletim podem ser reproduzidos mediante indicação da fonte e do autor.



A coleção completa d'«a folha» está disponível no catálogo em linha da Biblioteca Jacques Delors [https://infoeuropa.euroid.pt/pesquisar/wti=\(a+folha\)+AND+\(wfmt=se+OR+wfmt=an\)/catalogo=bibliografico](https://infoeuropa.euroid.pt/pesquisar/wti=(a+folha)+AND+(wfmt=se+OR+wfmt=an)/catalogo=bibliografico)

«a folha» ISSN 1830-7809

